

Manas: orçamento sensível a gênero nas políticas ambientais do Pará

Rio de Janeiro

Outubro 2024

Columbia Women's Leadership Network

Columbia Global Center Rio de Janeiro

CONTEXTO

O Pará, um dos maiores estados do Brasil, não só possui a maior economia da região Norte, como também carrega uma riqueza cultural e uma diversidade ambiental inestimáveis. É fundamental para a agenda climático-ambiental do país, abrigando aproximadamente 23% da Amazônia, com 78% de seu território coberto por vegetação nativa. Entretanto, é também um dos nossos maiores emissores de gases de efeito estufa e um dos estados amazônicos com a maior taxa acumulada de desmatamento do bioma. A disparidade entre seu PIB e a posição 24ª no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Renda evidencia uma profunda desigualdade social que afeta a qualidade de vida da população e um modelo econômico extrativista focado em atividades predominantemente masculinas, como a pecuária e a mineração.

A violência contra a mulher, a desigualdade de gênero e a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado no Pará, assim como em outras regiões do país, são alarmantes. Segundo dados do Boletim de Segurança Pública Paraense de 2024, a taxa de feminicídio, medida em casos por 100 mil habitantes, aumentou de 0,5 em 2015 para 0,7 em 2022, um crescimento de 46,9% em sete anos. Lançado em setembro deste ano, o 2º Relatório de Transparência Salarial, elaborado pelos ministérios do Trabalho e Emprego e das Mulheres aponta que as mulheres ganham 15,6% a menos do que os homens no Pará.

Essa situação afeta, limita e ameaça as vidas das mulheres e também os compromissos ambientais do estado. Isso porque as mulheres são guardiãs de conhecimentos ancestrais e de práticas sustentáveis, sendo portanto agentes-chave na adoção de soluções climático-ambientais e já estão entre as mais afetadas pelas mudanças climática, como apontam diversos estudos lançados nos últimos anos.

Para enfrentar seus desafios socioambientais, o governo do Pará se comprometeu a se tornar carbono neutro até 2036 e foi o primeiro do Brasil a lançar um plano para incentivar a bioeconomia (PlanBio), com potencial de gerar mais de R\$ 170 bilhões em renda em 2040, e um plano de restauração florestal, como objetivo restaurar 5,4 milhões de hectares.

O PlanBio busca “impulsionar um novo modelo econômico baseado na utilização sustentável dos recursos naturais, com foco em cadeias produtivas de baixo carbono e valorização dos

conhecimentos tradicionais”. O plano reconhece a igualdade de gênero como essencial para construir um desenvolvimento mais justo e sustentável, destacando a necessidade da participação ativa das mulheres na tomada de decisões.

O emergente Orçamento Sensível a Gênero

Nos anos 80, movimentos feministas começaram a exigir atenção às questões de gênero nas políticas públicas. Eventos como a IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz em Pequim em 1995 passaram a promover discussões sobre a importância de incorporar a perspectiva de gênero nas políticas e orçamentos. No Brasil, o projeto Orçamento Mulher analisou por muitos anos os orçamentos públicos a partir da perspectiva de gênero e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, criada em 2003, passou a estimular a criação de mecanismos que possibilitassem o monitoramento das ações orçamentárias referentes à temática de gênero.

Desde a década de 90, o conceito do orçamento sensível a gênero vem sendo adotado por países como a Austrália e o Canadá, por organizações internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a ONU Mulheres e por cidades como Belo Horizonte e Recife, no Brasil. No ano passado, um primeiro estado amazônico, o Acre, aprovou uma lei que torna obrigatória a adoção do Orçamento Sensível ao Gênero e criou um Comitê de Apuração do Orçamento Sensível ao Gênero para analisar e monitorar os gastos públicos sob a perspectiva de gênero.

Além disso, também no ano passado, foi criada a Secretaria das Mulheres do Estado do Pará, responsável por planejar, coordenar e executar políticas públicas voltadas para as mulheres e Belém avança na construção da Política Municipal de Cuidados, para assegurar a corresponsabilidade social e de gênero pelo cuidado.

O Pará abriga ainda uma sociedade civil vibrante e diversificada, com destaque para lideranças femininas em diversas iniciativas, como a Rede Jandyras, de articuladoras ambientais por justiça climática, fundada em 2021.

Em 2025, Pará sediará a COP 30, que oferece uma oportunidade única para alavancar e fortalecer seus compromissos climático-ambientais e para que a sociedade civil exija a

adoção de um orçamento sensível a gênero nas políticas ambientais, reconhecendo sua importância fundamental para o desenvolvimento sustentável e também para a resiliência climática e para a promoção da justiça climática no estado.

OBJETIVO

Desenvolver uma campanha pré-COP 30 para que as principais políticas ambientais do Pará, com foco na implementação do PlanBio, adotem um orçamento sensível a gênero.

Os objetivos específicos da campanha incluem:

1. Reconhecer e combater a violência de gênero, também como barreira ao desenvolvimento sustentável;
2. Valorizar o papel, práticas tradicionais e sustentáveis e saberes ancestrais das mulheres para o fomento da bioeconomia;
3. Promover oportunidades e autonomia financeira, por meio de o acesso terra, crédito, assistência técnica, mercados e redes de comercialização, formação e qualificação e oportunidades e autonomia financeira;
4. Estimular maior participação na elaboração, implementação e avaliação das políticas ambientais sob a perspectiva de gênero;
5. Transparência e participação social equitativa como pilares da gestão pública.

ATIVIDADES

1. Mapeamento de Atores-Chave: identificar as principais instituições, coletivos e lideranças envolvidos, comprometidos ou com interesse em gênero e/ou política ambiental no Pará;

2. Construção da Base de Apoiadores: apresentar e convidar pessoas-chave para participar da campanha; criar espaços de diálogo para construir uma agenda comum; formar alianças estratégicas e fortalecer as redes e articulações entre as organizações da sociedade civil; identificar potenciais financiadores;

3. Plano de ação: detalhar objetivo, público-alvo, estratégia de comunicação, estratégia de incidência política e de mobilização, cronograma, orçamento, papéis e responsabilidades e impactos esperados;

4. Captação de Recursos: elaborar propostas de financiamento e estabelecer parcerias estratégicas com pessoas e organizações que possam contribuir com algum tipo de apoio;

- 5. Diagnóstico:** verificar as possibilidades e limitações para reunir dados desagregados; organizar escutas juntas a comunidades locais e coletivos de mulheres; analisar as necessidades específicas de homens e mulheres em diversas áreas e como as políticas existentes impacta as mulheres e/ou poderiam impulsionar equidade de gênero;
- 6. Formação e Sensibilização** desenvolver um programa de formação para os parceiros da campanha para sociedade civil sobre conceitos básicos de gênero e interseccionalidade, planejamento e monitoramento de orçamento público com perspectiva de gênero, legislação e políticas públicas para as mulheres; sensibilizar gestores públicos sobre a importância da inclusão da perspectiva de gênero;
- 7. Campanha de comunicação e engajamento:** produzir materiais divulgação, vídeos, posts nas redes sociais com influenciadores locais; organizar eventos culturais e artísticos, atividades educativas em escolas e comunidades e manifestações públicas; elaborar proposta de projeto de lei com os parceiros da campanha;
- 8. Incidência Política:** agendar reuniões com servidores públicos, representantes do Judiciário e parlamentares; negociar a inserção do recorte de gênero nas políticas de orçamento estadual; apresentar proposta de projeto de lei;
- 9. Aprovação da Campanha:** aprovar proposta de projeto de lei como um dos principais anúncios do governo durante a COP 30;
- 10. Avaliação da Campanha:** realizar uma avaliação detalhada da campanha, sobre o alcance e a efetividade das estratégias de comunicação e mobilização e definição dos próximos passos.

ATORES A SEREM ENVOLVIDOS

A campanha deve envolver diferentes segmentos da sociedade civil, incluindo:

- Governo do PA: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), Secretaria de Estado da Agricultura Familiar, Secretaria de Estado da Cultura; Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Secretaria de Estado dos Povos Indígenas, Secretaria Estadual das Mulheres do Estado do Pará, Secretaria de Planejamento e Administração;
- Judiciário: Núcleo de Proteção à Mulher do Ministério Público do Estado do Pará; Núcleo de Gênero da Defensoria Pública, Tribunal de Contas do Pará, Tribunal de Justiça do Pará;

- Legislativo: Bancada Feminina e Procuradoria da Mulher na Assembleia Legislativa do Pará;
- Sociedade civil: Comissão das Mulheres de Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Pará; Coletivo de Mulheres do Movimento dos Sem Barragem (MAB) do Pará; COP das Baixadas, FASE - Fundo DEMA; Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA), Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense; Grupo de Trabalho (GT) Gênero do Observatório do Clima; Instituto Alziras; Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc); Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Rede Jandyras;
- Organismos multilaterais: ONU Mulheres;
- Setor criativo: Agência Pará; Clube de Criativos do Pará; Fundação Cultural do Pará; Museu do Marajó.

RESULTADOS ESPERADOS

- Ampliar e qualificar o debate sobre os recursos do orçamento público de políticas públicas ambientais do Pará direcionados para as mulheres;
- Maior visibilidade para o papel das mulheres no desenvolvimento sustentável e na bioeconomia do Pará;
- Aumentar a participação das mulheres na elaboração, acompanhamento, avaliação e como beneficiárias de políticas públicas;
- Propor a alocação de recursos para projetos e programas que promovam o protagonismo feminino e a equidade de gênero.

RISCOS

Esses são alguns dos principais riscos a serem gerenciados durante a implementação da campanha:

- Fatores culturais, como a naturalização da desigualdade de gênero;
- Resistência e/ou falta de engajamento;
- Falta de coordenação intersetorial e participação social;
- Falta de capacidade técnica e de recursos humanos;
- Interesses políticos e econômicos contrários à campanha;
- Mudança de governo e descontinuidade de políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. *Relatório à mulher no orçamento 2024: ano base 2023*. Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria de Orçamento Federal, Subsecretaria de Temas Transversais. Brasília: Subsecretaria de Temas Transversais/SOF/MPO, 2024.

BRASIL. IBGE. Censo Demográfico, 2022. Disponível em:

COSTA, F. A. et al. Bioeconomia da sociobiodiversidade no estado do Pará. Brasília: Sumário Executivo, DF: The Nature Conservancy (TNC Brasil), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Natura, 2021.

DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT (GIZ); BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). *Igualdade entre homens e mulheres em projetos de atividades produtivas sustentáveis apoiados pelo Fundo Amazônia*. 2019.

ELSON, Diane. *Iniciativas orçamentárias sensíveis à questão de gênero: dimensões chave e exemplos práticos*. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 56, n. 2, p. 161-178, 2005.

FUNDAÇÃO PARAENSE DE AMPARO À PESQUISA. Nota técnica: O contexto da economia paraense. 2024.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL; A TENDA DAS CANDIDATAS. *Orçamentos Sensíveis a Gênero e Raça*. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. *Relatório Orçamento Sensível ao Gênero (OSG) 2024*. Parceria entre Secretaria de Planejamento do Estado do Acre e Fundação Tide Setubal. Rio Branco: SEPLAN, 2024.

JÁCOME, M. L.; VILELA, S. (org.). *Orçamentos Sensíveis a Gênero: Conceitos*. ONU Mulheres, 2012.

MOREIRA, Sarah; THEODORO, Suzi Huff. *A luta das mulheres trabalhadoras rurais da Contag: a Marcha das Margaridas em diálogo com o(s) feminismo(s)*. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 2023.

MAPBIOMAS. *Mapeamento anual de cobertura e uso da terra no Brasil de 1985 a 2023*. 2023.

PARÁ. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). *Plano Estadual de Bioeconomia do Pará PlanBio Pará*. Belém: Governo do Estado do Pará, 2022.

PNUD. *Projeto Floresta + Amazônia - Caderno Didático sobre Integração de Gênero em Projetos de Desenvolvimento Socioambiental*. 2023.

ROSA, L. M. S.; BRENCK, C. Z.; CAMPOLINA, B. *O que é um orçamento sensível a gênero e os desafios do Brasil para adotá-lo*. São Paulo: Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made/USP), 2024. (Nota de Política Econômica, n. 58).

SUMMERS, J. K.; SMITH, L. M.; CASE, J. L.; LINTHURST, R. A. *A review of the elements of human well-being with an emphasis on the contribution of ecosystem services*. Environmental Science & Policy, 2012.

TURQUET, Laura; TABBUSH, Constanza; STAAB, Silke; WILLIAMS, Loui; HOWELL, Brianna. *Feminist climate justice: a framework for action*. 2023. *Conceptual framework prepared for Progress of the World's Women series*. New York: UN-Women.

WRI BRASIL *Nova economia da Amazônia*. 2024.